

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação

ANO V – NÚMERO IX

2º SEMESTRE 2019

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO V, Nº IX, 2º SEM. 2019



**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600  
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

*Home page:* revistaconsinter.com

*E-mail:* internacional@jurua.net

**ISSN: 2183-6396**

**Depósito Legal: 398849/15**

**DOI: 10.19135/revista.consinter.00009.00**

**Editor:**

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

**Diretores da Revista:**

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação

**ANO V – NÚMERO IX**

**2º SEMESTRE 2019**

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

Porto  
Editorial Juruá  
2019

# Instruções aos Autores

## Revista Internacional CONSINTER de Direito

### 1. DAS PUBLICAÇÕES

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria.

O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Juruá Lda., e no Brasil pela Juruá Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

#### REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*) para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

**OBS. 1:** Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

**OBS. 2:** Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

### 2. PERIODICIDADE

Semestral.

### 3. CONDIÇÕES

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

### 4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail contato@consinter.org.

## 5. NORMAS — OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- a) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos;  
**Obs.:** Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.
- b) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e Pós-Doutores;
- c) Serão aceitos trabalhos em coautoria, com limitação máxima de 03 (três) participantes devidamente inscritos;
- d) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme edital;
- e) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação;
- f) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas;
- g) Ser redigido em formato Word em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas;
- h) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou o Instituto ao qual esteja vinculado direta ou indiretamente;
- i) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês;
- j) O texto deve estar salvo em arquivo Word, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entrelinhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência, sendo que as Referências deverão seguir as Normas Técnicas;
- k) As páginas deverão estar numeradas;
- l) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente;
- m) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento;
- n) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros;

- o) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês;
- p) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo;
- q) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – conforme modelo anexo e/ou disponível no *site*;
- r) A qualificação do autor deverá ter no máximo 4 linhas, em nota especial de rodapé, indicando obrigatoriamente a formação acadêmica e citando a Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculado, quando for o caso;
- s) A taxa de inscrição é individual e única para cada autor. Assim, cada autor deverá efetuar a sua inscrição e o pagamento da respectiva taxa;
- t) Um autor poderá enviar quantos artigos desejar, no entanto, para cada artigo submetido deve haver o pagamento da taxa de inscrição/submissão;
- u) Observando as normas de qualificação, somente poderá ser liberado para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito um artigo por autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos do mesmo autor para a Revista, ao melhor juízo da comissão avaliadora, os demais artigos serão direcionados para publicação no Livro Direito e Justiça ou para o(s) próximo(s) número(s) da Revista.

## 6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar os sistemas:

### I) Trabalhos Estrangeiros:

Trabalhos estrangeiros poderão utilizar as normas técnicas compatíveis com o seu país de origem, respeitando as normas de publicação dispostas nesse edital, inclusive o Estilo Chicago se assim o autor entender cabível e adequado.

#### Estilo Chicago:

Último nome do autor, primeiro nome, título do livro. (Cidade: editora, ano), versão. Por exemplo: Ninguém, José, Livro Exemplo. (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), edição Juruá e-Books.

### II) Trabalhos Brasileiros:

Para artigos brasileiros recomenda-se seguir as Regras da ABNT (NBR 10.520/2002) para as citações, as quais podem ser diretas ou indiretas.

Para a indicação da fonte das citações, o autor poderá optar pelo sistema numérico (notas de rodapé) ou pelo sistema autor-data, não podendo, portanto, utilizar os dois sistemas concomitantemente.

#### A – Sistema Autor-Data

As Referências deverão seguir a NBR 6.023/2002.

No sistema autor-data, a fonte da citação é indicada junto à mesma e de forma sucinta. Devem ser evidenciados apenas: a autoria, o ano de publicação e a página do trecho citado.

**Obs.:** Se a opção for pelo sistema Autor-Data, pode-se utilizar o rodapé para as notas explicativas, conforme assim autoriza a NBR 6.022/2003.

#### **B – Sistema em Notas de Rodapé**

Ainda, adotando o sistema brasileiro de referência, se a opção de citação das referências for pelo sistema numérico, ou seja, **em notas de rodapé**, estas deverão seguir a NBR 10.520/2002.

### **7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS**

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados.

**Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria.** A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas. Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

- a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;
- b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

### **CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO**

**Coordenação Executiva** [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

[www.consinter.org](http://www.consinter.org)

#### **INDEXADORES DA REVISTA:**

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI

## Instructions To Authors

### 1. ABOUT THE PUBLICATIONS

For publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito, the scientific articles shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees shall evaluate the papers without any author identification.

The framework of the evaluated and accepted articles for the purpose of publication in Europe by the Editorial Juruá Lda., and in Brazil by Juruá Ltda, will follow the following criteria:

#### 1. FOR THE JOURNAL “REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO”

According to the requirements of national and international agencies of investigation and teaching that evaluate the investigative and academic activity of Post-Graduation, the CONSINTER Executive Coordination, at the best of their judgment, will select a certain amount of articles approved that will be awarded with the Publication in the Journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, with ISSN from Portugal. Also:

- a) For each article selected for the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, a number of the specific and unique register in the DOI (Digital Object Identifier) system will be assigned;
- b) A register in the DOI (Digital Object Identifier) system will also be assigned to the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

**NOTE 1:** In the face of the technical rules, for the purpose of qualification of the journal, only the articles approved in which a least one of the authors and/or author has a doctorate degree will be selected for the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito”. The articles properly approved that do not fulfill this requirement will be published in the Book of CONSINTER.

**NOTE 2:** The Organizing Committee will be in charge of the nomination and the issue of the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito” in which the approved article will be authorized for publication.

### 2. PERIODICITY

Half-yearly

### 3. REQUIREMENTS

- a) The submission of the scientific work for analysis is conditioned to the confirmation of subscriptions of all authors and co-authors;
- b) Only articles approved by CONSINTER Referees Board/Editorial Board will be published.

### 4. REQUIRED DOCUMENTS FOR SUBMISSION

- a) Registration;
- b) Proof of payment of the Submission/registration;
- c) Assignment of copyrights signed;
- d) Full Article following the guidelines of item 5;
- e) The articles must be forwarded by one of the authors by e-mail [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)



## 5. RULES — THE ARTICLES SENT MUST FULFILL THE FOLLOWING CRITERIA:

- a) Be original (not published in books, specialized journals or in the press in general) and present technical-legal property; national and international relevance of the theme approached, wording fluency, grammar correction, and respect to the ethical and scientific aspects;

**Note:** The texts inserted in documents of restrict circulation at universities will be considered original.

- b) Have been produced by students and/or professors of Lato Sensu and/or Stricto Sensu Post Graduation courses, or by Masters, Doctors, and Post-Doctors;
- c) Works in co-authorship will be accepted, up to the maximum of 3 participants properly registered;
- d) Be identified with one of the criteria of classification to be informed in public notice;
- e) The author (s) that submit the same scientific article (with the same title and content or only having the title changed) for more than one of the fields of Law above mentioned, will have both scientific articles automatically eliminated from the evaluation;
- f) Have a minimum of 15 pages, and a maximum of 25 pages;
- g) Be submitted in Word format in two distinct files, one with and the other without identification, both complete, containing: Title, Summary, Abstract and Keywords in Portuguese, Spanish, English, Italian or French; in Portuguese or Spanish and in English, respecting the technical rules;
- h) For the file without identification it is important for the author to make sure that, in the content of the article to be evaluated, there is no information that makes it possible to identify the author or the Institution they are directly or indirectly bound to;
- i) The article can be presented in Portuguese, Spanish, English, Italian, or French, observing that the title, abstract and keywords have to be written in two languages compulsorily, being one of them, peremptorily, English;
- j) The text must be saved in a word file, in a recent version, with the following characteristics: Times New Roman font, size 12; justified alignment, without hyphenation; 1.5 spacing between lines; 1.5 cm paragraph spacing; do not insert special spacing before or after each paragraph; top and left margins with 3 cm, bottom and right margins with 2 cm; A4 size document; explanatory footnotes on the same page the reference is cited, and the references must follow the technical rules;
- k) The pages must be numbered;
- l) For every title, subtitle, all of them aligned on the left, there must be a corresponding text;
- m) The text must be written in a clear and objective way, avoiding long-winded and strenuous paragraphs, giving priority to sentences in the direct order, such as subject-predicate – complement;
- n) Texts with figures, illustrations and/or photographs will not be accepted, except for graphs and tables which are indispensable for the understanding of the work, and compatible with black and white printing, being prohibited the use of graphs and tables if originated from a third party;

- o) It must contain an Abstract (between 100 and 250 words in Portuguese or Spanish and in English, as well as the Keywords (between 3 and 10 words), also in Portuguese or Spanish and in English;
- p) It must contain: a Summary to be indicated in the sequence of the presentation of the title, Abstract (between 100 and 250 words, peremptorily in 02 languages, being one of them in Portuguese or Spanish and the other in English, just as the Keywords (between 3 and 10 words), in accordance with the same criterion of the presentation of the Abstract;
- q) The text must be accompanied by the copyright form – according to the model attachment and/or available on the site;
- r) The author's qualification must have a maximum of 4 lines, in a special footnote, indicating their academic background and citing the Higher Education Institution which they are bound to if that is the case;
- s) Observing that CONSINTER is a non-profit organization, the submission/registration rate subsidize the articles' publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. Submission/registration fee is individual and unique to each author. Therefore, each author must achieve the registration and make the payment of the respective fee. For example: For article submission in co-authorship with 02 authors – it will be mandatory the registration of the two authors and payment of 02 submission fees;
- t) An author may submit as many articles as he pleases, however, for each submitted article there must be made the respective submission/registration fee payment;
- u) Observing the qualification standards, only one article per author will be authorized for publication on the Revista Internacional CONSINTER de Direito. In case of one or more articles of the same author have been approved for publication on the Journal, to the better judgment of the evaluation commission, the other papers will be guided for publication on the Book Direito e Justiça or for future edition(s) of the Journal.

## **6. ABOUT THE SYSTEMS TO INDICATE THE SOURCES OF CITATIONS**

To indicate the sources of citations, the articles must adopt the systems:

### **I) For Foreign Work:**

Foreign works can use the same technical rules compatible with their country of origin, respecting the publication rules displayed in this notice, including the Chicago style, if the author finds it applicable and appropriate.

#### **Chicago Style:**

Author's last name, first name, title of the book. (City: Publisher, year), version. Example: Someone, José, book example. (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), edição Juruá e-Books.

### **II) For Brazilian Works**

For Brazilian articles, it is recommended to follow the ABNT rules (NBR 10520/2002) for the citations, which can be direct or indirect, by Author-Date or in Footnotes.

For citation source's indication, the author may choose the number system (footnotes) or by the author-date system, therefore he/she cannot choose to use both concomitantly.

#### **A – Author-Date System**

The references must follow NBR 6023/2002.

In the author-date system, the source of citations is indicated alongside with it and in summary form; Point out, only: authorship, publication year and page of the piece cited.

**Note:** If the choice is the Author-Date system, explanatory notes can be used as footnotes, as authorized by NBR 6022/2003.

### **B – Number System (Footnotes)**

Still, adopting the Brazilian System of references, if the choice of citation of references is by the number system, or else, in footnotes, they should follow NBR 10520 /2002.

## **7. ABOUT THE ARTICLE REVIEW**

The scientific articles are analyzed by the CONSINTER Referees Board/Editorial Board, formed only by renowned Doctors and Post-Doctors, jurists, Brazilian and foreigners, especially invited. The scientific articles will be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER members of the board will evaluate the works without any authorship identification. The assessment of scientific articles by anonymous authors guarantees the impartiality of judgment and decreases subjectivity and ideological preferences. This way, authors must avoid direct references to themselves and citations that make it possible to extract its authorship from the reading of the text.

If the scientific article is accepted by one of the CONSINTER members and failed by another, the text, at the suggestion by the Director Council, can be subjected to the assessment by a third party.

- a) The content of the scientific articles is the authors' full responsibility, and after subjected to assessment cannot go through any changes or replacements, except if requested by the Referees Board/Editorial Board;
- b) Plagiarism or the insertion of verbatim copies are not allowed.

## **INTERNATIONAL COUNCIL OF CONTEMPORARY IN POST-GRADUATE STUDIES CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO**

**Executive Coordination** [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

### **INDEXERS**

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI

## COLABORADORES

Adelgício de Barros Correia Sobrinho  
Adriano Fábio Cordeiro da Silva  
Adriano Fernandes Ferreira  
Alcir Gursen de Miranda  
Alessandra Balestieri  
Alexandre de Albuquerque Sá  
Almir Santos Reis Junior  
Ana Claudia Brandão de Barros Correia Ferraz  
Ana Lúcia Seifriz Badia  
Andrei de Oliveira Rech  
Bruno Miragem  
Carlos Francisco Molina del Pozo  
Carlos José Cordeiro  
Carlos Roberto Bacila  
Claudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho  
Daniel Blume Pereira de Almeida  
Daniela Carvalho Almeida da Costa  
Edimur Ferreira de Faria  
Edna Raquel Hogemann  
Eugênio Facchini Neto  
Euvaldo Leal de Melo Neto  
Fabiana Oliveira Bastos de Castro  
Fabiana Ricardo Molina  
Fábio Lins de Lessa Carvalho  
Felipe Azzi Assis de Melo  
Felipe Dutra Asensi  
Fernanda Alves Vieira  
Fernando Massardo  
Fernando Rodrigues Martins  
Glauca Maria de Araújo Ribeiro  
Gonçalo S. de Melo Bandeira  
Inês da Trindade Chaves de Melo  
Isaac Sabbá Guimarães  
Jaume Martí Miravalls

José María Lombardero Martín  
José María Tovillas Morán  
Josiane Becker  
Judith Morales Barceló  
Karina A. Denicol  
Karine Silva Demoliner  
Laís Alves Camargos  
Leonardo David Quintiliano  
Luciana Kellen Santos Pereira Guedes  
Luis Bahamonde Falcón  
Luiz Carlos Figueira de Melo  
Marcus Elidius Michelli de Almeida  
María Ángeles Pérez Marín  
María Soledad Racet Morciego  
Mário Luiz Ramidoff  
Mayrinkellison Peres Wanderley  
Miguel Horvath Júnior  
Nancy Carina Vernengo Pellejero  
Nancy de la C. Ojeda Rodríguez  
Nicola Frascati Junior  
Nilton Cesar da Silva Flores  
Patrícia Fortes Attademo Ferreira  
Paulo J. S. Bittencourt  
Raphael Corrêa  
Renata Martins de Carvalho  
Renato Lopes Becho  
Roberta Soares da Silva  
Rogério Medeiros Garcia de Lima  
Themis Eloana Barrio Alves G. de Miranda  
Theodoro Vicente Agostinho  
Thiago Serrano Pinheiro de Souza  
Vânia Maria do P. S. Marques Marinho  
Vitor Hugo Mota de Menezes  
Wagner Balera

# Integrantes do Conselho Editorial do



**Alexandre Libório Dias Pereira**

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

**Antonio García-Pablos de Molina**

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

**Carlos Francisco Molina del Pozo**

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

**Fernando Santa-Cecilia García**

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

**Ignacio Berdugo Gómez de la Torre**

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

**Joan J. Queralt**

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

**Jordi García Viña**

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridad Social da Universitat de Barcelona.

**Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

**María Amparo Grau Ruiz**

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

**María del Carmen Gete-Alonso y Calera**

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

**Mário João Ferreira Monte**

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

**Paulo Ferreira da Cunha**

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

## ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.**

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



### **ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



### **USO NÃO COMERCIAL**

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



### **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA**

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

***Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.***

## APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

# DESARROLLO SOSTENIBLE: UN OBJETIVO CON O SIN RESULTADOS EN AMÉRICA LATINA FRENTE A UNA ECONOMÍA CONVENCIONAL

## SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A GOAL WITH OR WITHOUT RESULTS IN LATIN AMERICA AGAINST A CONVENTIONAL ECONOMY

DOI: 10.19135/revista.consinter.00009.04

Recebido 16.05.2019 / Aprovado 07.11.2019

*Adriano Fernandes Ferreira*<sup>1</sup> – <https://orcid.org/0000-0001-6208-1430>

*E-mail:* [adrianofernandes3@hotmail.com](mailto:adrianofernandes3@hotmail.com)

*Patricia Fortes Attademo Ferreira*<sup>2</sup> – <https://orcid.org/0000-0001-9364-0186>

*E-mail:* [patriciaattademo@hotmail.com](mailto:patriciaattademo@hotmail.com)

**Resumen:** La globalización resulta de la interrelación de países que intercambian aspectos sociales, culturales y económicos. La economía en este caso representa fuente principal de desarrollo, al tiempo que representa un avance u obstáculo para el desarrollo sostenible que involucra aspectos ambientales que representan actualmente un tema de interés internacional, pues los efectos de deterioro del medio es un tema transfronterizo. En razón de lo anterior, el objetivo del presente estudio es verificar como países de América Latina hacen uso de la economía tradicional deteriorando el medio ambiente, desligando el desarrollo sostenible de sus políticas, confirmando que efectivamente la gran mayoría de países hacen uso de una economía convencional que perjudica por medio de la extracción de los recursos naturales sin medidas el medio ambiente y su equilibrio, al tiempo que impide el desarrollo integral. La metodología adaptada fue la deductiva, descriptiva, cualitativa, con el apoyo de reportes, informes y estudios nacionales e internacionales.

**Palabras claves:** Desarrollo sostenible. Economía. Medio ambiente.

**Abstract:** Globalization results from the interrelation of countries that exchange social, cultural and economic aspects. The economy, in this case, represents the main

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Maringá (2001), mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho (2005), é Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidad Castilha la Mancha, na Espanha. Vice-Diretor da Faculdade de Direito, Coordenador da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFAM e Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito.

<sup>2</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (1990), mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho (2005) e doutorado em Ciências Jurídicas pela Universidade Castilla La Mancha (2015). Atualmente é Professora titular da Universidade do Estado do Amazonas e Coordenadora de Legislação e Normas junto à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas.



source of development, representing an advance or obstacle to sustainable development that involves environmental aspects that currently represent a topic of international interest, as the effects of environmental deterioration are a cross-border issue. In view of the above, the objective of this study is to verify how the Latin American countries make use of the traditional economy, deteriorating the environment, separating sustainable development from its policies, confirming that the vast majority of countries make use of an economy. Which harms through the extraction of natural resources, without measuring the environment and its balance, avoiding the integral development. The adopted methodology was deductive, descriptive and qualitative, supported by national and international reports, reports and studies.

**Keywords:** Sustainable development. Economy. Environment.

## INTRODUCCIÓN

Existe una estrecha relación entre el desarrollo de la humanidad y la forma en que el hombre interactúa con la naturaleza. La acción del hombre depredatoria de los recursos disponibles en la naturaleza será mayor a medida que la sociedad se haga más compleja.

La migración de los hombres a las zonas urbanas tiene como punto de partida la Revolución Industrial y se intensificó en la segunda mitad del siglo XX, lo que tiene como resultado un crecimiento desordenado de los centros urbanos.

En el análisis de los hechos se detecta la existencia de una crisis ambiental que afecta a las generaciones futuras y de las estructuras sociales existentes. Para combatir la crisis ambiental se desencadenó un proceso legislativo cuyo objetivo era sensibilizar y proteger el medio ambiente. Sin embargo, a pesar de importantes avances en la legislación (tratados, constituciones y legislaciones infraconstituciones), positivación de los principios de Derecho Ambiental (quien contamina paga, el desarrollo sostenible, la prevención y precaución), las instituciones jurídicas aún sufren de falta de efectividad de los instrumentos de regulación, lo que impide adaptarse a la incertidumbre de la sociedad del riesgo por los costos excesivos de control y aplicación de la ley por parte del Estado, no caminando al mismo ritmo que la producción de residuos.

Algunos países de América latina se encuentran dentro de la lista que hacen uso de una economía tradicional que genera efectos nocivos, contrario a algunos países a nivel global, europeos principalmente que están optando por nuevas propuestas sustentables amigables con el medio y el desarrollo humano.

Frente a estos datos alarmantes es necesaria la comprensión por parte del gobierno y de la sociedad para cuestionar la generación de residuos, es decir, cómo la evolución de la sociedad se refleja en la producción de residuos, y cómo las reglas legales pueden guiar las conductas para evitar daños al medio ambiente de la eliminación inadecuada de residuos sólidos.

Surgiendo ante esta situación la incógnita: ¿De qué manera los países latinoamericanos están desarrollando la economía en relación a la extracción de recursos dentro del sistema capitalista actual y su preservación del medio ambiente?, con el objetivo de comprender las concepciones básicas determinantes dentro del desarrollo económico, así como examinar la economía y su relación con el medio

ambiente, verificando como los países en desarrollo hacen uso de economías tradicionales. Desde esta perspectiva el estudio abre la perspectiva para emplear programas sustentables para el desenvolvimiento del desarrollo sustentable en países con riqueza ecosistémica. El presente trabajo utiliza como método investigativo el deductivo, descriptivo y cualitativo, a través del estudio de bibliografía, informes y documentación que nos permitirá llegar a la conclusión de la pregunta.

## 1 MEDIO AMBIENTE, UNA MIRADA DESDE LO CONCEPTUAL PARA EL DESARROLLO

La crisis ambiental constatada en la presente tesis evidencia la imperiosa necesidad de transformar la conducta humana. En la búsqueda de construir una sociedad comprometida con el principio del desarrollo sostenible, la transversalidad del Derecho Ambiental es una realidad que, sin embargo, debe implementarse de manera efectiva. Los principios de la prevención y de la precaución deben orientar la producción económica, cohibiendo las actividades incompatibles con el desarrollo sostenible y fomentando por la aplicación del principio del quien contamina paga, y ello con el fin último de que los agentes de mercado proporcionen el instrumento necesario para que el Estado promueva de manera efectiva la sostenibilidad.

En la actual coyuntura social se exige la interacción entre la empresa, el Estado y la sociedad. La sustentabilidad necesita de una transformación de la cultura empresarial que solo será alcanzada con una integración entre la iniciativa privada y los reales valores de la sociedad. Un replanteamiento de ideas, de comportamientos, donde el individualismo es substituido por la participación social direccionada para la preservación ambiental y del propio hombre, son elementos precisos y necesarios para la consecución final de un desarrollo económico sostenible.

La protección del medio ambiente y el desarrollo sostenible está presente en buena parte de los ordenamientos jurídicos tanto de orden nacional como internacional. En el espacio europeo goza de un amplio reconocimiento al más alto nivel en la medida en que aparece establecido de forma explícita en el propio Tratado de Funcionamiento de la UE (TFUE). A ello cabe añadir lo prescrito por el artículo 37 de la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea por virtud del cual «en las políticas de la Unión se integrarán y garantizarán, conforme al principio de desarrollo sostenible, un nivel elevado de protección del medio ambiente y la mejora de su calidad».

Son varios los países que han optado por la integración en sus Textos constitucionales de menciones de diverso tipo relativas al medio natural o al medio ambiente, estando presentes sobre todo en las Constituciones que han sido objeto de redacción o modificación más reciente. Puede tomarse como modelo de este reconocimiento en el constitucionalismo americano a Brasil, país de especial importancia si se tiene en cuenta que su masa forestal es una de las cinco más importantes del mundo, las cuales, a su vez, representan más de la mitad del área mundial de bosques. En este caso la Constitución federal brasileña, en su artículo 225, plasma esta preocupación por el medio natural y, en la línea de otras Constituciones, lo configura como un derecho a la vez que obliga a su defensa y protección.

La economía representa actualmente un símbolo de progreso para los Estados y la sociedad, donde ella se desenvuelve mediante diversos elementos que fortalecen su crecimiento como la importación y exportación de productos, la generación de energía, la extracción de recursos naturales, entre otros. Así el medio ambiente como fuente de recursos constituye fuente primaria para el desarrollo de una economía que busca expansión global, muchas veces sin medir los alcances que se generan de la extracción de estos sobre el medio ambiente, situación que genera efectos nocivos sobre la biosfera y el bienestar humano, contrario al desarrollo sostenible promovido internacionalmente.

Antes de continuar, el presente estudio definirá algunas nociones que se relacionan con los aspectos antes mencionados otorgando una visión general para el entendimiento del actual sistema de mercado. El concepto de desarrollo es totalmente diferente a la noción de crecimiento<sup>3</sup> con el cual se suele relacionar. Según Patricia Castillo Martin (2011, p. 5) se entiende por desarrollo el:

Proceso de incremento de la tasa de crecimiento de la renta por habitante en una región. El elemento esencial de desarrollo es el aumento de la productividad del trabajo, que puede conseguirse de tres modos: a través de la acumulación de una parte del producto, a través del progreso técnico y a través del perfeccionamiento de la organización de la actividad económica.

Noción que como se observó esta íntegramente relacionada con la economía, esta última definida etimológicamente como: administración doméstica o manejo de los recursos de manera eficiente, vinculándose la administración del campo político, de ahí que surja el concepto de economía política. Por consiguiente, el concepto de economía más que trabajar la administración familiar, encaja algo más grande, la interferencia “*em outros institutos especialmente sobre o meio ambiente e busca a potencialização de outros (...) meios de produção utilizados pelos agentes privados, bem como pelo próprio Estado*”<sup>4</sup> (RECH, 2012, p. 31 y 35).

Ahora bien, producto de la inestabilidad en los recursos naturales y su relación en la administración y el medio ambiente surgen dos corrientes en la economía. La primera economía ambiental que integra la economía convencional y la economía ecológica. La primera de ellas conocida también como economía neoclásica con autores como Marshall, Pigou y Coase, considerada como un sistema cerrado por medio del cual los mercados intercambian bienes y capital, así como entre individuos, familias y empresas, donde nada entra o sale del sistema, no existiendo por tanto una relación con el medio ambiente. Dentro de la misma existe una subdivisión que estudia las consecuencias ambientales efecto de las acciones humanas en su actuar como la existencia de las externalidades<sup>5</sup>, y la asignación inter generacional de los recursos no renovables<sup>6</sup> (CEPAL, 1994, p. 12).

---

<sup>3</sup> Acción de crecer y su efecto, proceso de desarrollo. Aumento del valor intrínseco de la moneda.

<sup>4</sup> En otros institutos especialmente sobre el medio ambiente y busca potencialización de otros (...) medios de producción por los agentes privados, como por el propio Estado (Traducción libre de la autora).

<sup>5</sup> Es conocido como el gasto o beneficio no tramitado en la contabilidad de las empresas, pero que generan un gasto externo muchas veces negativo para la sociedad. Por ejemplo, la contaminación que

Por otro lado, se entiende por economía ecológica al sistema abierto dentro de un sistema que permite el ingreso y la salida desde y hacia el exterior, es decir, ella maneja un aspecto integrador con la ecología donde existe un elemento conciliador entre ambos (CEPAL, 1994, p. 12).

El mercado actual está fundamentando en una base neoliberal que busca una mayor producción y menor gasto, siendo la economía ambiental es la más empleada y utilizada a pesar de no ser la mejor opción. Los economistas con enfoque ecológico mencionan que no es posible dar un valor específico y cierto a los recursos en relación a las externalidades debido a que muchas de ellas son desconocidas (CEPAL, 1994).

En este punto resulta difícil alcanzar la conciliación entre el desarrollo ecológico y economía para atender un desarrollo sostenible, inicialmente porque existen muchas divergencias en lo que se considera viable o no para el medio ambiente. En este sentido la Comisión Mundial de Desarrollo de las Naciones Unidas en su informe “Our Common Future” (“Nuestro futuro común” en español) de 1987 define en estos términos: “Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”<sup>7</sup> (WORLD, 1987, p. 16).

En otras palabras, el desarrollo sostenible no hace mención solo al estado natural del medio y sus formas de explotación, sino que integra elementos en la utilización y administración de los recursos naturales para el futuro, procurando equilibrar el desarrollo económico, desarrollo social y protección del medio ambiente. Bajo esta descripción el Informe sobre el Comercio Mundial (2010) define los recursos naturales como los “materiales existentes en el entorno natural escasos y económicamente útiles en la producción o el consumo, ya sea en estado bruto o tras haber sido sometidos a un mínimo proceso de elaboración” (p. 46). Recursos que no consiguen satisfacer las necesidades de la población global debido al aumento de la misma, el desequilibrio en la distribución de los recursos y el deterioro al medio ambiente, especialmente de los recursos no renovables.

Jerônimo Girón advierte que (2012, p.44) el

*(...) mecanismo de consecução do capitalismo e como fim lógico da economia de mercado, visualiza-se o consumo, (...) não se questiona o ato de consumo – condição natural de sobrevivência –, mas sim o consumismo, já que inflama a sociedade de desejos e ao mesmo tempo a açoita com a sensação constantada insatisfação. Essa*

---

genera una empresa es una consecuencia para toda la población, teniendo la empresa el compromiso de pagar por los perjuicios causados.

<sup>6</sup> Es la asignación de un valor a los recursos naturales no renovables con el objetivo de conservar los ecosistemas para las generaciones futuras. No obstante, la problemática surge en el ritmo en que la tasa de interés, debido a que si aumenta lentamente la explotación aumenta perjudicando el medio natural, y si por el contrario aumenta muy rápido se constituye como una forma de riqueza de conservación.

<sup>7</sup> La humanidad tiene la capacidad de asegurar que el desarrollo sea sostenible para garantizar las necesidades de la generación presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para la satisfacer de sus propias necesidades (Traducción libre de la autora).

*dualidade acarreta sérios problemas ao próprio ser humano, como também repercute direta e indiretamente sobre os recursos naturais*<sup>8</sup>.

El derecho al desarrollo económico, así como a un medio ambiente ecológicamente equilibrado, están previstos en la Constitución Federal brasileña de 1988, sin embargo, a primera vista estos dos derechos fundamentales pueden ser conflictivos, en la medida en que la actividad económica afecta al medio ambiente, alterando el equilibrio ecológico, por lo que se hace necesario la existencia de instrumentos jurídicos que aseguren la existencia armónica de estos dos derechos.

Es cierto que el desarrollo económico con el intento de reducir la compleja asimetría existente en el territorio nacional debe ser compatible con la preservación ambiental, en este punto la tributación ambiental apunta a la utilización económica de los recursos ambientales como forma de viabilizar económicamente la actividad productiva, el Estado, dentro de las disposiciones que le son pertinentes, podrá establecer políticas de estímulo o desestímulo fiscal con miras a contribuir al medio ambiente saludable, sin embargo, no necesitando dejar de recaudar valores para las arcas públicas.

La política tributaria nacional se desarrolla por obra de dos fenómenos antagónicos, ya sea la tributación con finalidad fiscal y la tributación con finalidad extrafiscal. Es cierto que la simetría federativa es un objetivo determinado por el constituyente originario que encuentra en el desarrollo económico su mayor actor. Sin embargo, dicho desarrollo debe ser necesariamente, ponderado por políticas que privilegien el mantenimiento sano del medio ambiente. En este contexto la tributación extrafiscal se presenta como mayor tutor del mantenimiento de un equilibrio entre el desarrollo económico y el mantenimiento del ambiente ecológicamente equilibrado. De la interacción entre los dos mencionados derechos fundamentales emerge la idea de desarrollo sustentable, integrado por el desarrollo económico asociado al mantenimiento de un ambiente sano.

Sin embargo, la búsqueda por la reducción de las desigualdades sociales y regionales no es objetivo que deba ser perseguido a toda costa. Hay que observar un equilibrio entre el desarrollo económico y el mantenimiento de un medio ambiente saludable, ya que aquel sin este no generaría el bienestar social pretendido por el legislador.

Resultados que se pueden observar en los estudios realizados a nivel regional por la ONU, la FAO, organizaciones nacionales y locales, donde el desarrollo sostenible se ve obstaculizado por una economía creciente de intereses sin una estrategia ecosistémica eficaz de protección y preservación.

---

<sup>8</sup> (...) mecanismo de consecución del capitalismo y como fin lógico de la economía de mercado, se visualiza el consumo, (...) No se cuestiona el hecho del consumo –condición natural de sobrevivencia-, pero si el consumismo, ya que influencia la sociedad de deseos y al mismo tiempo la azota con la sensación constatada de insatisfacción. Esta dualidad acarrea serios problemas al propio ser humano, como también repercute directa e indirectamente sobre los recursos naturales (GIRON, 2012, p. 44).

## 2 ¿ECONOMÍA CONVENCIONAL UN PASO ADELANTE DEL DESARROLLO SOSTENIBLE?

Los sistemas económicos se desarrollan en algunos países generando alternativas a favor de la sustentabilidad en cuanto que otros todavía se encuentran en ese proceso sin conseguir realizar esa transición. La estructura del mercado o sistema económico exige alta productividad que satisfaga las necesidades y deseos de la población, obligando a los gobiernos a generar políticas públicas direccionadas al cumplimiento de las relaciones nacionales e internacionales que involucran la producción y extracción.

Noción de desarrollo ligado a la economía convencional que se encuentra en discordia con la noción de sostenibilidad, pues esta última como se mencionó busca garantizar y satisfacer las necesidades de la población sin comprometer los recursos de las futuras generaciones, lado contrario a la economía ambiental que permanece con una visión antropocéntrica con enfoque antropocéntrico que estudia los mercados y precios.

En razón a la economía convencional Alberto Acebedo, (2002) menciona que:

*el análisis económico desconoció no solo el costo que tiene el deterioro del medio ambiente: el ruido, la contaminación atmosférica, la destrucción de los recursos naturales y la alta generación de residuos, sino que no concibió las repercusiones de un manejo inadecuado de los recursos dentro del proceso de producción sobre la estructura de costos y el nivel productivo.*

*Por fortuna, los paradigmas productivos son cambiantes, y el mundo de hoy se ha visto obligado, por necesidad, a desarrollar un modelo de industrialización basado en el manejo racional de los recursos disponibles, generando corrientes tendientes a acrecentar el aprendizaje de su manipulación y reinserción a los procesos productivos.*

Jerónimo Giron (2012, p. 30) agrega que “Diante do condicionamento das atividades econômicas, em função da necessidade de um meio ambiente saudável, é que se pretende encontrar meios viáveis para o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental”<sup>9</sup>. En ese sentido, se debe reflexionar la forma en cómo se están generando nuevas formas en la comprensión del medio ambiente, pues como Joan Alier agrega (2007, p. 4): “os conflitos ecológicos distributivos nascem no seio das contradições existentes entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental”<sup>10</sup>, seguido de la resistencia popular ante el deterioro del medio ambiente produciendo nuevas problemáticas sociales además de nuevas propuestas y alternativas de desarrollo.

En razón de esto y otros factores de estructura, organización y progreso se han optado alternativas, propuestas e iniciativas que algunos países han empleado

<sup>9</sup> Por causa del condicionamiento de las actividades económicas, en función de la necesidad de un medio ambiente saludable, es que se pretende encontrar medios viables para el desarrollo económico y a la preservación ambiental (traducción libre de la autora).

<sup>10</sup> Los conflictos ecológicos distributivos nacen en el seno distributivo de las contradicciones existentes entre crecimiento económico y sustentabilidad ambiental (traducción libre de la autora).

con éxito, como el caso de Ecuador que para el año 2010 se comprometió con la ONU a no hacer más extracción de petróleo a cambio de un pago por parte de los países industrializados. Perú por ejemplo hace una década de comprometió a no hacer uso (cultivar, importar) organismos modificados genéticamente (OMG) para garantizar una sana alimentación. México con la Comisión Nacional del Agua – Programa Nacional de Reservas de Agua para el Medio Ambiente (CONAGUA) (p. 17, 18).

La Universidad Libre del Medio Ambiente y cultura de Paz (UMAPAZ) por medio de la educación busca integrar la educación socio ambiental con instituciones de igual objetivo. La Global Ecovillage Network; Connecting Communities for a Better World, es una red que promueve nuevos valores e implementar nuevos proyectos con enfoque sustentable, de preservación con el medio ambiente y desarrollo humano (PUC-SP, 2016, pp. 43-5).

El Proyecto REconomy que busca ayudar a transformar la economía local y combatir problemas del cambio climático, la distribución y cobro de la energía eléctrica y la desigualdad. El Proyecto LIS, Liderazgos Innovadores para la Sustentabilidad en Brasil, que busca repensar en las propuestas de negocios en los distintos aspectos de la vida enfocándolos hacia una relación más equilibrada con el entorno social y ambiental con visión crítica-constructiva. El comité de la Cadena Productiva de la Bioindustria (BIOBRASIL), es una iniciativa que busca establecer prioridades con los productos y servicios de biotecnología de Brasil, internacionalizando y fortaleciendo las pequeñas y medianas empresas. (PUC-SP, 2016, pp. 78-9).

En fin, muchas son las propuestas e iniciativas que existen a nivel mundial brindando impactos favorables. Sin embargo, los países donde se presentan los mayores atrasos significativos en la preservación del medio ambiente se caracterizan por ser muy ricos en biodiversidad como Perú, Bolivia, Nicaragua, Guatemala, Colombia y Brasil (PUC-SP, 2016, p. 42).

La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) junto con Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER) y Programa Bosques, Árboles y Comunidades Rurales (FTPP) en el trabajo Bosques, Árboles y Comunidades Rurales – Fase II – Documento de Trabajo: La Radio y Procesos Participativos de Desarrollo Sostenible en la Región Amazónica (1995, parte A) afirman que:

A pesar de que esta crisis ambiental se veía venir, tanto en los países desarrollados como en los del Tercer Mundo, en estos últimos la euforia por el progreso no ha permitido que se adopten medidas radicales que favorezcan la equidad en la población y la sustentabilidad de los diferentes ciclos ecológicos.

Una vez que se ha evidenciado, a través de múltiples estudios, diagnósticos e investigaciones, la imposibilidad de este estilo de desarrollo, sobre todo de los países latinoamericanos, para lograr la sustentabilidad a largo plazo, es necesario determinar algunos mecanismos que encarrilen las fuerzas sociales y políticas para que operen con criterios diferentes de los que ahora prevalecen y establecer ciertas pautas que podrían marcar un punto de partida hacia el desarrollo sustentable.

En otras palabras, los Objetivos de Desarrollo Sostenible planteados por la ONU no se han desplegado de la mejor forma sobre los países más biodiversos, es decir, si bien en gran parte de los países latinoamericanos se han iniciado propuestas estas no han alcanzado un nivel favorable para la población y el medio ambiente, consecuencia de un enfoque económico convencional.

Brasil, por ejemplo es el país más urbanizado producto de la organización y construcción urbana que inició para la década de los cincuenta, estimándose que en los próximos años alcanzará un porcentaje del 90%. El crecimiento de la población urbana en este sentido “acarrea nuevos y complejos desafíos para los gestores públicos locales, presionando la infraestructura y el consumo de los recursos naturales” (PUC-SP, 2016, p. 5).

Colombia por otro lado, presenta un marco de desarrollo sustentable desfavorable debido a las políticas económicas específicas que han atendido a una apertura económica perjudicando la agricultura rural o local como efecto de las nuevas empresas extranjeras, así como el aumentado en la extracción de los recursos naturales. Procesos que afectan directamente los ecosistemas o medios naturales (IDEAM, 2000, p. 450)

Venezuela, México, Brasil y Colombia, que están en la gestión del equilibrio sustentable y la economía según la Guía GPS con el Programa Países Sustentables (2016, pp. 4-5) se encuentran en grandes desigualdades en relación con otros países como Uruguay, Chile y Argentina que presentan avances en cuanto al nivel de desarrollo por:

Focarse en el consumo como un fin en sí, y no como un medio para promoción del bienestar colectivo y calidad de vida, genera serios efectos colaterales al medio ambiente; el acelerado proceso de urbanización y el consecuente crecimiento de la demanda por servicios básicos y de infraestructura requiere además de acciones rápidas de la gestión pública en conjunto con empresas y la sociedad civil, de una gestión transparente y apropiada; cómo lidiar con el aumento de desigualdad y la exclusión social en medio de un proceso global y descontrolado de concentración de riqueza.

El Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales de Colombia (2000, p. 450) agrega que “las sociedades modernas no disponen todavía con suficientes herramientas conceptuales, teorías y estadísticas que faciliten la operacionalización satisfactoria (...) de la economía ecológica ni en la línea de los flujos de materiales y energía, ni en la impactos ambientales”.

Los objetivos planteados en la dinámica de la economía convencional están en desacuerdo con la continua integración de la economía, priorizando algunos sector y comprometiendo simultáneamente los derechos de las poblaciones (desarrollo humano), los ecosistemas y el desarrollo sostenible el cual ha sido planteado en la Agenda 21 de las Naciones Unidas.

## CONSIDERACIONES FINALES

El desarrollo económico con visión tradicional permanece en los países latinoamericanos envolviendo temas de interés internacional como la preservación



del medio ambiente y derechos humanos, consecuencia de políticas públicas tradicionales aun implementadas encaminadas a un desarrollo donde los aspectos sociales, ambientales, culturales son poco examinados priorizando por el contrario aspectos de productividad, y aumento de capital.

En síntesis, el desarrollo sostenible dentro de los países en desarrollo se presenta como una propuesta que despliega nuevos retos y estrategias de abarcar la economía, donde ella debe ser percibida más como una expansión de las libertades, derechos y necesidades de la población que como un solo medio para la extracción de materia prima que involucre el crecimiento del mercado.

Latinoamérica en comparación con los países europeos se encuentra en una situación desfavorable pues permanece con estructuras trabajadas décadas anteriores, esto en razón de su riqueza ecosistémica que permite el aprovechamiento de los recursos naturales, no obstante, esto resulta perjudicial ya que no existen recursos suficientes e inagotables para la satisfacción de toda la población mundial con exigencias mayores que las necesidades básicas.

En conclusión, los ecosistemas como fuente de riqueza natural son los principales afectados, inicialmente por la visión económica y las políticas públicas implementadas, seguido de las demandas internacionales por generar más producción. Por tanto se requiere de la capacidad e iniciativa nacional para que cada gobierno gestione políticas encaminadas hacia el desarrollo sostenible con economía ecológica.

## REFERENCIAS

- ACEBEDO, Jaime Alberto Rendón; VÁSQUEZ, Diana María González; PÉREZ, Diana Marcela Zapata. Economía, industria y medio ambiente, **Revista Ingenierías, Universidad de Medellín Semestre económico**, v. 5, n. 9, 2002, Medellín, Colombia. Disponible en: <<https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/download/1357/1548>> Acceso: 16.05.2019.
- ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. Disponible en: <<http://www.itf.org.br/o-ecologismo-dos-pobres-conflitos-ambientais-e-linguagens-de-valoracao.html>> Acceso: 24.07.2018.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Federalismo e competências ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.
- BERNARDES, Wilba Lúcia maia. **Federação e Federalismo**. Rio de Janeiro: Del Rey, 2010.
- BOKOBO MOICHE, Susana. **Gravámenes e incentivos fiscales ambientales**. Madrid: Civitas Ediciones, 2000.
- BOTALHO, Eduardo Domingos. **Fundamentos do IPI**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Economía y ecología**: dos ciencias y una responsabilidad frente a la naturaleza. 04 de oct de 1994. Lima, Peru. Disponible en: <<https://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/19768/lcr1457s.pdf>> Acceso: 16.05.2019.
- DERZI, Misabel. **Família e tributação. A vedação constitucional de se utilizar o tributo com efeito de confisco**. Belo Horizonte: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 32, 1989.
- DOMINGUES, José Marcos. **Direito Tributário e meio ambiente**: proporcionalidade, tipicidade aberta, afetação de receita. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- ENCYCLOPEDIA Britannica. **Capitalism**. 2018. Disponible en: <<https://www.britannica.com/topic/capitalism>>. Acceso: 16.05.2019.
- FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, (ALER) Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica & (FTPP) Programa Bosques, Árboles y Comunidades Rurales. **Bosques, Árboles y Comunidades Rurales – Fase II – Documento de Trabajo: La Radio y**

- Procesos Participativos de Desarrollo Sostenible en la Región Amazónica.** Serie: Documentos de Trabajo, 1995. Disponible en: <<http://www.fao.org/docrep/x5600s/x5600s00.htm#Contents>> Acceso: 16.05.2019.
- FAZOLLI, Silvio Alexandre. Princípios ambientais tributários e extrafiscalidade. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 34, abr. 2004.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico.** São Paulo: Gen, 2014
- GIRON, Jeronimo, *et al.* Direito, Economia, Capitalismo, Consumo e Meio Ambiente, Relações. *In:* RECH, Adir; BUTZKE Alindo; GULLO Maria. **Direito, Economia e Meio Ambiente olhares de diversos pesquisadores.** Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Universidade de Caxias do Sul, 2012, Brasil, p. 23-46. Disponible en: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO\\_ECONOMICA\\_MEIO\\_EDUCS\\_EBOOK.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO_ECONOMICA_MEIO_EDUCS_EBOOK.pdf)> Acceso: 16.05.2019.
- IDEAM, Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales. **Flujo de materiales y energía en la economía colombiana.** El medio ambiente en Colombia, 2000. Colombia, p. 446-497. Disponible en: < <http://documentacion.ideam.gov.co/openbiblio/bvirtual/000001/cap11.pdf>> Acceso: 16.05.2019.
- INFORME sobre el Comercio Mundial. **Recursos naturales:** Definiciones, estructura del comercio y globalización, II. El comercio de recursos naturales, 2010. Disponible en: <[https://www.wto.org/spanish/res\\_s/booksp\\_s/anrep\\_s/wtr10-2b\\_s.pdf](https://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr10-2b_s.pdf)> Acceso: 16.05.2019.
- LOWENSTEIN, Karl. **Teoría de la constitución.** Madrid: Ariel, 1976.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de direito tributário.** Rio de Janeiro: Atlas, 2010.
- MELLO, Gustavo Miguez de. Uma visão interdisciplinar dos problemas jurídicos, econômicos, sociais, políticos e administrativos relacionados com uma reforma tributária. *In:* **Temos para uma nova estrutura tributária no Brasil.** Rio de Janeiro: Mapa Fiscal/Sup. Esp. 1.º Congresso Brasileiro de Direito Financeiro, 1978, Rio de Janeiro.
- NUNES, Cleucio Santos. **Direito Tributário e meio ambiente.** São Paulo: Dialética, 2005.
- PNUD: PROGRAMA de desarrollo de las Naciones Unidas. **Desarrollo Humano:** Informe 1992, publicado para el PNUD, Bogotá, 1992.
- PUC-SP, Observatory for the iberoamerican Region – ORIBER, *et al.* **GUÍA GPS, Gestión Pública Sustentable. Programa Países Sustentables,** 2016. Disponible en: <<http://www.pucsp.br/catedraignacy/sachs/downloads/gps-final-espanhol.pdf>> Acceso: 16.05.2019.
- RAMOS, DircêoTorrecillas. **Federalismo Assimétrico.** São Paulo: Forense, 2000
- RECH, Adir. Burzke, Alindo & Gull, Maria. **Direito, economia e meio ambiente olhares de diversos pesquisadores.** Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Universidade de Caxias do Sul, 2012, Brasil. Disponible en: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO\\_ECONOMICA\\_MEIO\\_EDUCS\\_EBOOK.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO_ECONOMICA_MEIO_EDUCS_EBOOK.pdf)> Acceso: 16.05.2019.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2007.
- VOLLEBERGH, Herman. **Impacts of environmental policy instruments on technological change. Joint meetings of tax and environment experts.** Environment Directorate Centre For Tax Policy and Administration, OECD, 2007.
- WORLD commission on environment and development. **Our common future:** Report of the World Commission on Environment and Development. 1987. Disponible en: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>> Acceso: 16.05.2019.